

**ALGUMAS (POUCAS)  
CONSIDERAÇÕES:**

O feito à mão é autêntico e transmite naturalidade? Ou é antigo, sinal de atraso? A tinta spray do grafite é jovem, expressiva? Ou espirra improviso e desleixo? E o digital? Profissional, bem-acabado? Ou frio e impessoal?

Ou será ainda que, sejamos francos, nessa orgia semântica de hoje em dia nada disso faz mais sentido? Que o modo de execução já não se relaciona com o assunto sobre o qual versa e tanta falta de coerência entre linguagem e conteúdo, no fim das contas, faz com que nada diga mais nada? E que a imagem, apesar do inédito protagonismo trazido pelas transformações tecnológicas das últimas décadas, paradoxalmente se vê cada vez mais esvaziada, cada vez mais incapaz de disseminar algo além de simulacros?

Do mesmo modo, quanto um recorte do Brasil distante de seus centros econômicos é, de fato, representativo desse lugar? Quanto ele não passa de um olhar concentrado somente naquilo que lá encontra de diferente e logo enquadra como exótico? Tanto nas ocasiões em que se encanta pelo vernacular, aplicando-lhe a questionável chancela de “arte popular” (tema que já discuti em meu livro **Desvios**, publicado pela WMF Martins Fontes, em 2018, sobre um conjunto

de fachadas de casas populares contemporâneas do sertão), como quando estoura em gargalhadas com as distorções involuntariamente cômicas elaboradas por mãos inábeis que tentam reproduzir, em cidades ou bairros ditos periféricos, ícones industriais. (Um bom exemplo é a popularidade da circulação em redes sociais de imagens dos personagens da Turma da Mônica executadas toscamente em paredes de escolas ou em festinhas infantis.) Longe de se querer discutir o mérito, a graça (ou o preconceito) de tais recortes, há de se concordar que eles produzem panoramas inexatos — predicado, aliás, de todo recorte.

Se os parágrafos anteriores lançam uma série de questões, este já vai avisando que elas ficarão todas sem resposta — ao menos neste texto. Tais perguntas aparecem aqui apenas por terem sido as responsáveis pela ideia deste livro, germinada inicialmente numa visita à ala de ex-votos da Casa Museu do Padre Cícero, em Juazeiro do Norte. Além dos já esperados entalhes de madeira, singelas representações de braços, pernas e cabeças curadas pela fé, as salas eram ocupadas por uma boa quantidade de presentes de outra ordem — igualmente oferecidos por fiéis em agradecimento pelas graças alcançadas —, como fotos de motos estacionadas em frente à estátua do padre milagreiro, camisas de times de futebol (sobretudo a do Flamengo) e miniaturas de carros, entre elas a de um Porsche branco. Nenhum problema nisso: cada um sabe de seus desejos e aflições. Há quem precise se livrar de enfermidades, há quem precise comemorar a taça do Brasileirão ou ligar o ar-condicionado e enfiar o pé no acelerador. O que chama mesmo a atenção é o fato de que sempre que ex-votos são expostos em, por exemplo, São Paulo — despidos de sua função religiosa e transformados exclusivamente em expressão cultural de um suposto Brasil profundo —, não se costuma incluir na mostra fotos de motocicletas, mantos

rubro-negros ou Porsches brancos. Com certeza, não por falta de espaço nas salas expositivas. O que realmente enxergamos? Não “é problemática a ideia de uma diversidade cultural orientada pela proteção de espécies que só poderia ser alcançada por cercados artificiais” erguidos por vozes que não apenas “organizam e escolhem a cultura a ser consumida” como também “ensinam ao espectador como consumi-la”?

**Toda a cidade de São Francisco do Pará conforme encontrada no dia 12 de janeiro de 2020** é exatamente aquilo que seu título declara: uma cidade comum do Brasil que, num dia qualquer, recebeu o registro fotográfico de todas as suas placas comerciais. Todas. Nenhum filtro, nenhum recorte. Uma visão completa de uma cidade, sem juízo de valor ou de gosto. Um retrato de quais histórias seus habitantes contam para eles mesmos, de como as contam.

E a aplicação do adjetivo “comum” não possui caráter pejorativo. Significa apenas a intenção de evitar lugares nos quais a amostragem de placas pudesse assumir um viés particular, voltar-se para algum atrativo especial — uma cidade turística, litorânea ou dita histórica, por exemplo, traria uma quantidade maciça de lojas e serviços destinados ao público não residente, com códigos e mensagens elaborados para atender a tal demanda específica. Outro pré-requisito: a cidade escolhida deveria ser pequena, com até trinta ou quarenta mil habitantes, para que a tarefa pudesse ser realizada por uma só pessoa, em um só dia. Mas não poderia ser modesta demais a ponto de não exibir a mistura de comércio local e marcas nacionais/globais ou a convivência entre velhos e novos modos de comunicação visual. Encerrando a breve lista, a cidade teria de ser completamente desconhecida pelo autor. O trabalho precisaria ser executado sem nenhuma orientação prévia, sem a existência de nenhum planejamento calcado em paisagens já vistas.

Uma boa parcela dos 5.517 municípios do Brasil se encaixaria nesses critérios, sem dúvida. A escolha foi, portanto, aleatória: São Francisco do Pará. Município no nordeste do Pará, com pouco mais de quinze mil habitantes pelos dados mais recentes. Surgido na virada do século XIX para o XX, em decorrência da ferrovia Belém-Bragança, foi de início um distrito de Castanhal batizado com o nome indígena de Anhangá. A partir daí, como informa o site da prefeitura, com a evolução da densidade demográfica, tornou-se necessário o desmembramento de certas áreas. Assim, em 1943, Anhangá adquiriu sua emancipação político-administrativa e, em 1961, passou a se chamar São Francisco do Pará. Não existe nada de particularmente notável na atividade da cidade, nenhum produto “típico”, nenhum serviço peculiar, nenhuma atração exótica. Uma cidade comum. Podia ser ela, podiam ser muitas outras.

(Tanto isso é verdade que a cidade originalmente escolhida como tema era de fato outra: o município vizinho, Igarapé-Açu, a 25 quilômetros de distância. Mas, logo que o trabalho teve início, alguns comerciantes locais não se mostraram muito receptivos com um estrangeiro a tirar fotos e se aproximaram para transmitir algumas recomendações com extremo vigor. E, considerando que a) Havia outras cidades possíveis e b) Para este livro ficar pronto era fundamental que seu autor conservasse plenamente sua integridade física, Igarapé-Açu foi trocada por São Francisco do Pará.)

Ainda que o município se estenda por 480 quilômetros quadrados, o trabalho se concentrou no núcleo urbano principal, pois pequenos povoados secundários incorreriam em um dos problemas levantados acima: o de apresentar uma atividade por demais vinculada a estabelecimentos caseiros cujas placas seriam, por consequência, igualmente caseiras.

